

# POLÍTICA INDUSTRIAL COMO ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA NO BENIM

INDUSTRIAL POLICY AS A STRATEGY FOR ECONOMIC RECOVERY IN  
BENIN

Ciências Sociais Aplicadas • 21/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/776758430](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/776758430)

Ivan Carlos Vicentin<sup>1</sup>

Semako Michel Jerome Hounmali<sup>2</sup>

## RESUMO

A política industrial retornou ao centro do debate sobre desenvolvimento, especialmente em economias periféricas marcadas por baixa diversificação produtiva e elevada vulnerabilidade externa. Este artigo analisa em que medida a política industrial pode atuar como estratégia de recuperação econômica no Benim, país da África Ocidental cuja estrutura produtiva permanece concentrada na agricultura e em serviços de intermediação comercial, com reduzida participação da indústria de transformação e forte dependência de commodities. A partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica e análise de dados secundários de organismos internacionais (Banco Mundial, AfDB e UNCTAD), examinamos o contexto estrutural beninense e o papel potencial da política industrial na promoção da transformação estrutural pós-choques recentes. Os resultados indicam que a recuperação econômica do Benim depende da capacidade de elevar o conteúdo tecnológico das exportações, reduzir a dependência de importações manufatureiras e articular a indústria às cadeias agro produtivas e ao setor de serviços, em especial à logística associada ao Porto de Cotonou. Argumenta-se que uma política industrial eficaz exige um arcabouço institucional robusto, coordenação macroeconômica e focalização seletiva em cadeias como algodão e agroindústrias. Conclui-se que, embora enfrente restrições fiscais e institucionais, o Benim dispõe de espaço para utilizar a política industrial como pilar de uma trajetória de desenvolvimento mais diversificada, resiliente e inclusiva.

**Palavras-chave:** Política industrial; recuperação econômica; transformação estrutural; Benim; países em desenvolvimento.

## **ABSTRACT**

Industrial policy has returned to the center of the debate on development, especially in peripheral economies marked by low productive diversification and high external vulnerability. This article analyzes to what extent industrial policy can act as an economic recovery strategy in Benin, a West African country whose productive structure remains concentrated in agriculture and commercial intermediation services, with reduced participation of the manufacturing industry and strong dependence on commodities. Using a qualitative and exploratory approach, based on a literature review and analysis of secondary data from international organizations (World Bank, AfDB, and UNCTAD), we examine the Beninese structural context and the potential role of industrial policy in promoting structural transformation after recent shocks. The results indicate that Benin's economic recovery depends on its ability to increase the technological content of exports, reduce dependence on manufactured imports, and link industry to agro-productive chains and the service sector, especially the logistics associated with the Port of Cotonou. It is argued that an effective industrial policy requires a robust institutional framework, macroeconomic coordination, and selective focus on supply chains such as cotton and agro-industries. It is concluded that, although facing fiscal and institutional constraints, Benin has room to use industrial policy as a pillar of a more diversified, resilient, and inclusive development trajectory.

**Keywords:** Industrial policy; economic recovery; structural transformation; Benin; developing countries.

## **1. INTRODUÇÃO**

O desenvolvimento econômico sustentável e a superação de vulnerabilidades estruturais representam desafios persistentes para diversas nações em desenvolvimento, especialmente no continente africano. Após choques recentes, como a pandemia de COVID-19 e as instabilidades nas cadeias globais, a busca por estratégias que promovam a diversificação produtiva e a resiliência econômica ganhou urgência. Nesse cenário, a política industrial ressurgiu como um instrumento fundamental para catalisar a recuperação econômica e promover a transformação estrutural. Como argumentam Suzigan e Furtado (2006), a política industrial não é apenas uma política "para a indústria", mas uma estratégia de estruturação e desenvolvimento das atividades econômicas, tendo a indústria no fulcro devido à sua capacidade de irradiar efeitos sobre todo o sistema econômico.

Longe de ser uma abordagem estática, as políticas industriais contemporâneas buscam se adaptar às especificidades de cada economia e ao ambiente econômico global. No debate sobre estratégias de desenvolvimento, Ibrahim (2019) destaca que uma estratégia equilibrada necessita de alternância entre políticas pró-trabalho e pró-capital, integrando a política industrial às dimensões fiscal, cambial e distributiva. De forma complementar, Biancarelli e Rossi (2014) ressaltam que a política macroeconômica deve ser compatível com um papel ativo do Estado para garantir o dinamismo econômico e a expansão da infraestrutura social. Essas reflexões reforçam a necessidade de articular a política industrial a um arcabouço institucional consistente, especialmente em propostas recentes de "novo produtivismo" voltadas à transição verde e digital (RODRIG, 2024; UNCTAD, 2022).

No contexto do Benim, um país da África Ocidental que tem buscado consolidar seu crescimento e enfrentar desafios como a dependência de commodities e a baixa diversificação de sua base produtiva, a adoção de uma política industrial robusta pode ser um vetor crucial. Contudo, a eficácia e os contornos de tal estratégia em um ambiente de recursos limitados e complexidades institucionais merecem uma análise aprofundada. Diante disso, o presente estudo busca responder à questão central: em que medida a política industrial pode atuar como uma estratégia eficaz para a recuperação econômica no Benim? Para tanto, serão exploradas questões norteadoras que abordam os desafios estruturais e macroeconômicos do Benim, o desenho e os instrumentos de sua política industrial, e os potenciais impactos dessa política na recuperação econômica do país, dialogando com o debate teórico e empírico sobre políticas industriais, estratégias desenvolvimentistas e arcabouços macroeconômicos em países em desenvolvimento.

O objetivo geral deste artigo é analisar o papel da política industrial como estratégia para a recuperação econômica no Benim. A relevância deste estudo reside em sua contribuição para o debate sobre planejamento e políticas econômicas em países em desenvolvimento, com foco em um caso específico e pouco explorado na literatura acadêmica ocidental. Ao analisar a experiência de Benim, o artigo oferece insights sobre a aplicabilidade e os desafios da política industrial em economias africanas, que frequentemente enfrentam restrições semelhantes.

Além disso, a pesquisa contribui para a compreensão de como estratégias de industrialização podem ser formuladas e inovadoras para promover não apenas o crescimento, mas também a resiliência e a diversificação econômica, elementos cruciais para um

desenvolvimento mais equitativo e sustentável. Nesse sentido, a análise do Benim permite problematizar em que medida a política industrial, articulada às políticas macroeconômicas e sociais, pode constituir uma via efetiva de superação de vulnerabilidades estruturais em economias periféricas.

O presente artigo está estruturado em sete capítulos. Após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta a análise. Em seguida, descreve-se a metodologia utilizada na condução do estudo. Na sequência, examina-se o contexto econômico e os principais desafios estruturais do Benim, fornecendo o pano de fundo para a discussão subsequente. A partir disso, analisa-se a política industrial como estratégia de recuperação econômica no país. Posteriormente, discutem-se os desafios associados à sua implementação e formulam-se recomendações de política. Por fim, são apresentadas as considerações finais, sintetizando os principais resultados e contribuições do estudo.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. Política Industrial: Conceitos, Objetivos e Instrumentos**

A política industrial pode ser entendida como o conjunto de ações, programas e diretrizes do Estado especificamente à influência sobre a estrutura produtiva de um país, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, aumentar a produtividade e fortalecer setores estratégicos. Trata-se, portanto, de um instrumento por meio do qual o poder público busca orientar a trajetória de longo prazo da economia real. Nesse sentido, a noção de que os Estados Nacionais se valem de um conjunto de políticas específicas, para a promoção

do setor industrial com objetivos de longo prazo é consubstanciada no conceito de Política Industrial (ZARICHTA, 2016, p. 11).

Em contraste com uma postura de neutralidade do governo em relação aos rumores da economia, a política industrial pressupõe um papel ativo do Estado na orientação de investimentos, na criação de incentivos e na redução de gargalos que limitam o crescimento de longo prazo. Em termos gerais, ela busca corrigir falhas de mercado, superar restrições estruturais e estimular atividades com maior potencial de encadeamentos produtivos, inovação tecnológica e geração de empregos de melhor qualidade. Em muitos contextos, essa agenda está associada à ideia de transformação estrutural, isto é, à passagem de uma economia baseada principalmente em atividades de baixa produtividade para outra mais diversificada e intensiva em conhecimento.

Os instrumentos de política industrial podem assumir diferentes formas. Entre eles, destacam-se: incentivos fiscais e créditos direcionados para determinados setores; políticas de compras governamentais que favorecem a produção doméstica; apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação; criação ou fortalecimento de bancos de desenvolvimento; proteção temporária à indústria nascente; e políticas de capacitação de mão de obra alinhadas às necessidades do setor produtivo. Esses instrumentos serão usados de maneira combinada e articulada com outras políticas públicas como podem as políticas macroeconômicas, comerciais, tecnológicas e educacionais compondo arranjos institucionais nos quais a política industrial deixa de ser um mecanismo isolado e passa a integrar uma estratégia mais ampla de desenvolvimento.

O recente retorno da política industrial ao centro do debate internacional reforça essa compreensão ampliada do seu papel. Como argumenta a literatura recente, “o retorno da política industrial ao centro do debate internacional [...] expressa essa nova fase do capitalismo global, mais orientada por interesses geopolíticos e pela reorganização produtiva” (FREDDO; ROVENTINI; BARROS, 2024, p. 6). Nessa perspectiva, a política industrial contemporânea não se limita a corrigir distorções de mercado, mas atua como instrumento de reorganização produtiva e tecnológica diante de desafios como a transição verde, a digitalização e a disputa por soberania tecnológica.

## **2.2. Política Industrial e Desenvolvimento Econômico em Países em Desenvolvimento**

Nos países em desenvolvimento, a política industrial assume relevância particular em razão de estruturas produtivas frequentemente marcadas por baixa diversificação de produtos, forte dependência de exportações primárias e alta vulnerabilidade a choques externos. Nesses contextos, a simples abertura comercial e a liberalização financeira não garantem, por si só, um processo sustentado de desenvolvimento econômico nem a superação de desigualdades históricas. Ao contrário, a experiência mostra que, sem progresso, instrumentos públicos e específicos de fomento produtivo, tendem a reproduzir padrões de especialização regressiva e de inserção subordinada nas cadeias globais de valor.

A experiência internacional evidencia que muitos países que conseguiram acelerar seu crescimento e reduzir a distância em relação às economias lançaram mão de algum tipo de política industrial, em maior ou menor grau, articulada a estratégias mais

amplas de desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, essas políticas costumam estar associadas a objetivos como: aumentar o conteúdo local na produção; fomentar cadeias de valor regionais; estimular a industrialização de recursos naturais; e promover setores com maior conteúdo tecnológico e capacidade de aprendizagem. No caso africano, estudos recentes indicam que a liberalização econômica, por si só, não foi suficiente para promover processos robustos de industrialização, reforçando a necessidade de estratégias industriais ativas e adaptadas às especificidades locais (UNIDO, 2020; NOMAN; STIGLITZ, 2021).

Nessas economias, a relação entre política industrial e política de concorrência também adquire contornos específicos. Em vez de serem vistas como agendas antagônicas, ambas podem ser concebidas de forma complementar à construção de mercados internos mais dinâmicos e inclusivos. Como enfatiza Medeiros (2019), ao analisar economias periféricas, “a proteção à concorrência também abrangeria tais conflitos e se posicionaria como instrumento de política industrial” (MEDEIROS, 2019, p. 240). Isso significa considerar que, em contextos marcados por dualidades estruturais e assimetrias de poder econômico, a defesa da concorrência não se limita a preservar uma suposta neutralidade de mercado, mas pode contribuir para a ampliação do espaço de políticas de desenvolvimento.

Entretanto, a adoção de políticas industriais em países em desenvolvimento enfrentou diversos limites e desafios. Entre eles, podem ser destacados: restrições fiscais e de capacidade administrativa do Estado; dependência de financiamento externo; fragilidade institucional; e insuficientemente progressivo entre políticas macroeconômicas, comerciais, industriais e de inovação.

Além disso, persiste o risco de captura de políticas públicas por grupos de interesse específico, o que pode resultar em incentivos ineficientes, alocação distorcida de recursos e baixa efetividade das medidas. Esses riscos são particularmente sensíveis em economias periféricas, nas quais a própria estrutura produtiva e a inserção internacional tendem a fortalecer posições de poder econômico consolidadas.

Diante desse quadro, uma literatura recente sobre países em desenvolvimento tem enfatizado que a eficácia da política industrial depende não apenas do desenho de instrumentos econômicos, mas também da construção de capacidades estatais, mecanismos de governança e arranjos de cooperação com o setor privado e a sociedade. Em suma, trata-se de conceber a política industrial não como intervenção pontual ou episódica, mas como componente central de uma estratégia de desenvolvimento que combina transformação estrutural, fortalecimento do mercado interno e redução de desigualdades.

### **2.3. Recuperação Econômica e Papel do Estado na Progressão do Desenvolvimento**

Processos de recuperação econômica após choques adversos como crises financeiras, choques de termos de troca, pandemias ou conflitos regionais tendem a evidenciar a importância da ação estatal e do planejamento econômico. Em períodos de forte retração da atividade, o setor privado frequentemente reduz os investimentos, aumenta sua aversão ao risco e aguarda maior previsibilidade. Nesse cenário, as políticas públicas, incluindo a política industrial, podem funcionar como indutoras da retomada do crescimento. Como destaca Biancarelli e Rossi (2014, p. 36), é

fundamental que a política macroeconômica “faça parte do planejamento estratégico e se articule de forma reforçada com outras políticas de desenvolvimento como as políticas sociais, industriais, tecnológicas, de investimento público, de infraestrutura, salarial etc.”, de modo a sustentar um projeto de desenvolvimento de longo prazo.

A literatura recente sobre recuperação pós-choque também destaca que estratégias que combinam políticas industriais, políticas macroeconômicas e políticas sociais tendem a gerar trajetórias mais sustentáveis de crescimento e diversificação produtiva (OCDE, 2021; FMI, 2022). Isso significa aproveitar o momento de inflexão para reorientar os investimentos na direção de setores com maior valor agregado, à diversificação da base produtiva e ao fortalecimento da resiliência econômica do país.

A política industrial, nesse contexto, deixa de ser apenas uma política de promoção de setores específicos e passa a ser específica como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento, alinhada a objetivos de longo prazo, como redução da pobreza, inclusão produtiva e integração competitiva em cadeias regionais e globais de valor. A eficácia dessa estratégia depende, em grande medida, da capacidade institucional do Estado, da qualidade do planejamento e da participação dos investidores privados e sociais no processo de formulação e implementação das políticas.

### **3. METODOLOGIA**

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em pesquisa bibliográfica e análise documental. O objetivo central foi analisar o papel da política industrial como

estratégia de recuperação econômica no Benim, um tema ainda pouco explorado na literatura acadêmica ocidental. Para tanto, realizou-se um levantamento abrangente da literatura sobre política industrial, desenvolvimento econômico e estratégias de recuperação em países em desenvolvimento, com foco em autores que discutem a atuação estatal e a transformação estrutural. Essa revisão teórica forneceu o arcabouço conceitual para interpretar o contexto econômico e os desafios do Benim.

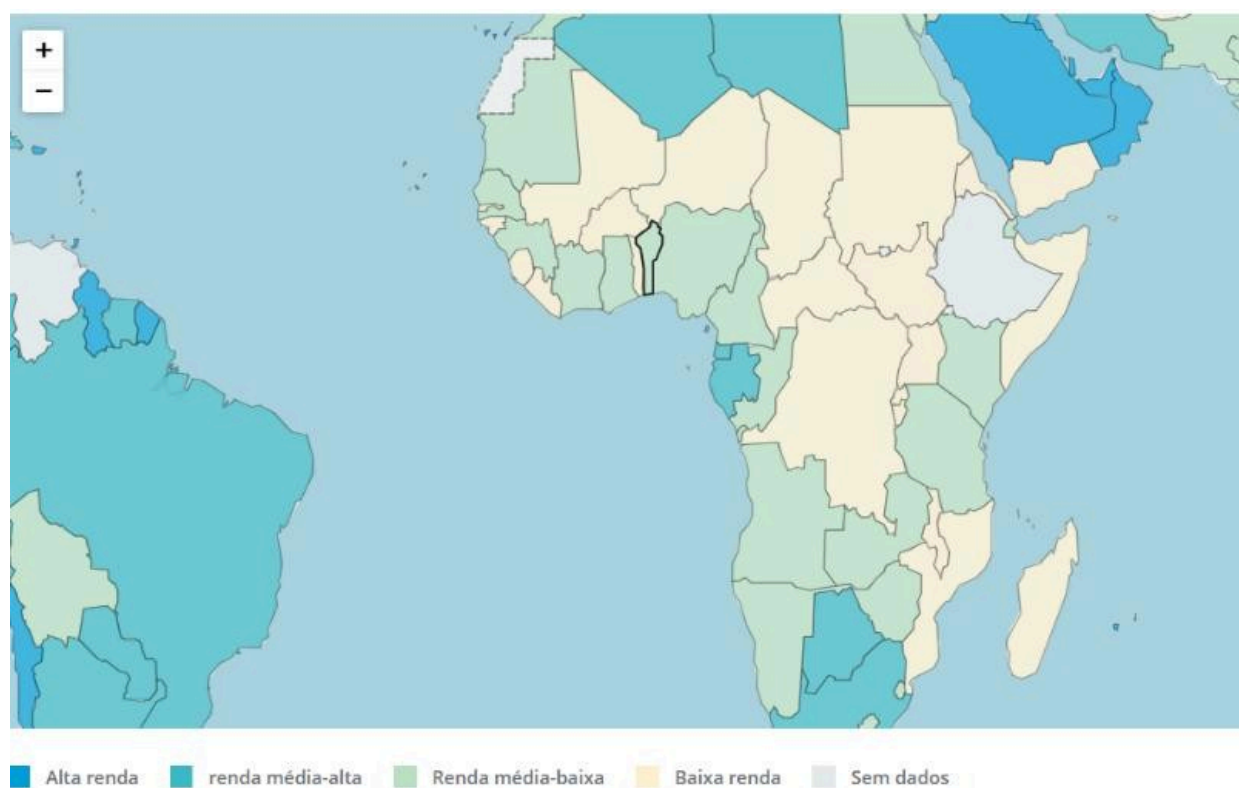
A coleta de dados secundários concentrou-se em informações sobre a estrutura produtiva, o desempenho macroeconômico e o comércio exterior do Benim. As principais fontes incluíram publicações oficiais como o Guia de Negócios: Benin (MRE, 2013), relatórios setoriais da ARISE IIP (2022) e dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial (2025). Esses dados foram utilizados para descrever o cenário econômico do país, identificar seus principais gargalos estruturais e analisar a composição de suas pautas de exportação e importação, permitindo uma interpretação contextualizada das potencialidades e desafios da política industrial beninense.

A análise foi essencialmente interpretativa, buscando articular os achados da revisão bibliográfica com os dados empíricos do Benim. As limitações da pesquisa residem na escassez de estudos específicos sobre o país e na restrição de dados abertos detalhados, o que impediu uma análise quantitativa aprofundada. Contudo, o estudo oferece uma contribuição exploratória e interpretativa, sistematizando informações e propondo um quadro analítico para compreender como uma política industrial bem estruturada pode ser um pilar para um desenvolvimento mais diversificado e resiliente no Benim.

#### 4. CONTEXTO ECONÔMICO E ESTRUTURAL DO BENIM

O Benim é um país da África Ocidental classificado como economia de renda média baixa e situado na região da África Subsaariana. Segundo dados recentes dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial, em 2024 o país contava com uma população em torno de 14,46 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente US\$ 21,48 bilhões, o que revela uma economia de pequena escala e com espaço limitado de arrecadação e investimento público. A Figura 1 apresenta a posição do Benim no mapa mundial de renda, bem como seus principais indicadores macroeconômicos.

**Figura 1** – Benim no mapa de renda mundial e principais indicadores (população e PIB, 2024).



**Fonte:** Banco Mundial.

Do ponto de vista da estrutura produtiva, o Benim mantém forte dependência do setor primário e de serviços de comércio e

intermediação regional. Dados do Guia de Negócios Benin indicam que a agricultura responde por cerca de 36% do PIB, os serviços por aproximadamente 58% e a indústria por apenas 6% do produto (MRE, 2013). A agricultura, incluindo a criação de gado, é um dos pilares da economia, ocupando historicamente cerca de 80% da população ativa. As principais culturas são algodão, milho, mandioca, arroz, feijão, amendoim, cacau, caju e abacaxi, com destaque para o algodão, tanto em rama quanto suas manufaturas, e para a castanha de caju como produtos de exportação.

Relatórios recentes confirmam que, apesar do crescimento moderado do PIB nos últimos anos, a estrutura produtiva permanece concentrada. A indústria de transformação mantém-se abaixo de 10% do PIB, enquanto a agricultura e os serviços de intermediação comercial continuam sendo os principais motores econômicos (WORLD BANK, 2023; AFDB, 2023). Esse diagnóstico reforça que o crescimento atual, embora positivo, ainda não se traduziu em uma mudança estrutural profunda, mantendo o país vulnerável a choques de preços de commodities.

A indústria beninense é essencialmente manufatureira, com foco no processamento de produtos do agronegócio e em algumas atividades ligadas ao segmento petrolífero, sendo o petróleo bruto um dos principais produtos exportáveis. Todavia, trata-se de um parque industrial de baixa complexidade tecnológica e pouco diversificado, o que restringe a inserção do país em cadeias de valor regionais e globais. Em contraste, o setor de serviços particularmente comércio, logística e entrepostagem tem ganhado importância, impulsionado pelo Porto de Cotonou, considerado o “pulmão econômico” do país e centro das operações de reexportação para países vizinhos sem saída para o mar.

A evolução recente da economia confirma um padrão de crescimento moderado, porém contínuo. A Tabela 1 resume a trajetória recente do PIB entre 2008 e 2012.

**TABELA 1**

**Benin : Evolução do Produto Interno Bruto (PIB)**

| Discriminação | 2008  | 2009  | 2010  | 2011  | 2012  |
|---------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Varição real  | 5,02% | 2,66% | 2,55% | 3,53% | 3,47% |

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base em dados do FMI, World Economic Outlook Databases (WEO). March 2013.*

**Fonte:** MRE (2013), com base em FMI – World Economic Outlook.

Como se observa, o crescimento foi positivo de 2009 a 2012, variando de 2,66% a 3,47%. Em 2012, o PIB alcançou aproximadamente US\$ 7,541 bilhões (MRE, 2013). O dinamismo recente tem sido associado, sobretudo, às perspectivas favoráveis do setor de construção civil e obras públicas, à expansão de serviços privados de telecomunicações e ao desempenho do setor agroindustrial. Apesar disso, o ritmo de crescimento, embora consistente, tem sido insuficiente para promover uma mudança estrutural profunda na economia.

A expansão do PIB não alterou de forma significativa o padrão de especialização em produtos primários e serviços de intermediação comercial, nem reduziu de maneira expressiva a informalidade. O comércio exterior, por exemplo, apresenta forte assimetria: entre 2007 e 2011, as importações cresceram cerca de 70% (de US\$ 4,69 bilhões para US\$ 7,95 bilhões), enquanto as exportações recuaram 33% (de US 0,75bilhão para US 0,50 bilhão), resultando em déficits comerciais crescentes (MRE, 2013). Essa dependência de importações de bens de capital, insumos industriais, derivados de

petróleo e bens de consumo reforça o caráter pouco industrializado da economia beninense.

No plano estrutural, o país enfrenta também gargalos importantes de infraestrutura. A oferta de energia elétrica é frequentemente insuficiente, cara e instável, o que eleva o custo de operação e inibe novos investimentos industriais. As deficiências na malha de transportes rodovias em más condições e limitações logísticas internas – aumentam os custos de transação e dificultam a integração entre zonas produtoras rurais, centros urbanos e o Porto de Cotonou. Embora este represente um ativo estratégico para o comércio regional, sua plena utilização esbarra em problemas de capacidade, de governança e de conectividade eficiente com o interior.

A elevada informalidade é outro traço estrutural da economia do Benim. Uma parcela expressiva das atividades agrícolas, comerciais e de serviços ocorre fora do marco regulatório e tributário formal. Isso reduz a base de arrecadação do Estado, limita a capacidade de financiamento de infraestrutura e de políticas industriais ativas, e restringe o acesso de micro e pequenas empresas a crédito, tecnologia e mercados externos. Em paralelo, o sistema educacional e a formação de capital humano ainda não acompanham as demandas de uma economia que busca diversificar-se: os níveis de qualificação técnica e profissional são relativamente baixos para sustentar um parque industrial competitivo e tecnologicamente mais sofisticado.

Por fim, a inserção internacional do Benim permanece concentrada em poucos produtos e mercados com destaque para petróleo e derivados, algodão, castanha de caju e alguns produtos têxteis e em

parceiros específicos na África e na Ásia. Essa concentração aumenta a vulnerabilidade a choques externos de preços de commodities, à volatilidade da demanda nos mercados vizinhos e a mudanças regulatórias em países parceiros, como a Nigéria. A ausência de uma base industrial diversificada e de maior intensidade tecnológica limita a capacidade de o país responder de forma autônoma e resiliente a crises.

Em síntese, o contexto econômico e estrutural do Benim caracteriza-se por crescimento sustentado, porém com baixa diversificação produtiva, peso elevado da agricultura e dos serviços de intermediação, déficit comercial recorrente, infraestrutura insuficiente, informalidade elevada e fragilidades institucionais e de capital humano. Esse quadro evidencia, ao mesmo tempo, as limitações do modelo atual e a relevância de uma política industrial bem desenhada como estratégia de recuperação econômica e de transformação estrutural, voltada à elevação da produtividade, à agregação de valor e ao fortalecimento da resiliência frente a choques internos e externos.

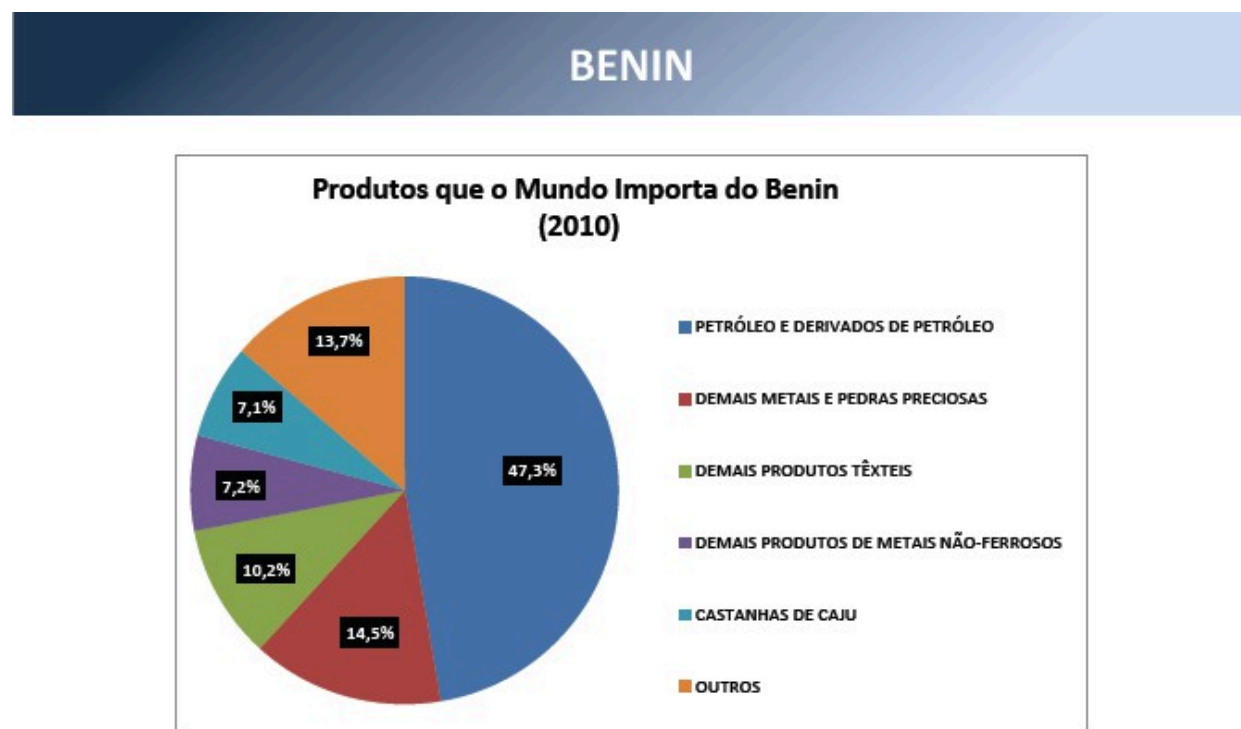
## **5. POLÍTICA INDUSTRIAL COMO ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA**

A adoção de uma política industrial consistente constitui um dos pilares centrais para a recuperação econômica do Benim no contexto pós-crise e diante de desafios estruturais históricos. Nas economias em desenvolvimento, como no Beninense, a estrutura produtiva é marcada por baixa diversificação, forte dependência de bens primários e reduzido conteúdo tecnológico nas exportações. Nesse sentido, as políticas industriais não se limitam a corrigir falhas de mercado, mas funcionam como instrumentos de transformação

estrutural. Como sintetiza Gouvêa (2015), políticas industriais são instrumentos usados pelos governos para operar as indústrias nacionais, com o objetivo de internalizar tecnologias afetando o crescimento econômico. De forma convergente, uma política industrial ativa, ao fortalecer, direcionar e acelerar a modernização e a competitividade da indústria, é condição para que o desempenho desse setor se traduza em crescimento econômico sustentado (Brito e Garrote 2015). Esta definição, formulada para o caso brasileiro, é plenamente aplicável ao Benim, onde a recuperação econômica depende justamente da capacidade de elevar a densidade tecnológica e produtiva da economia.

A análise da orientação comercial do Benim evidencia a urgência de uma estratégia industrial robusta. No **gráfico 1**, apresentam-se os principais grupos de produtos exportados pelo Benim, em 2010.

## GRÁFICO 1



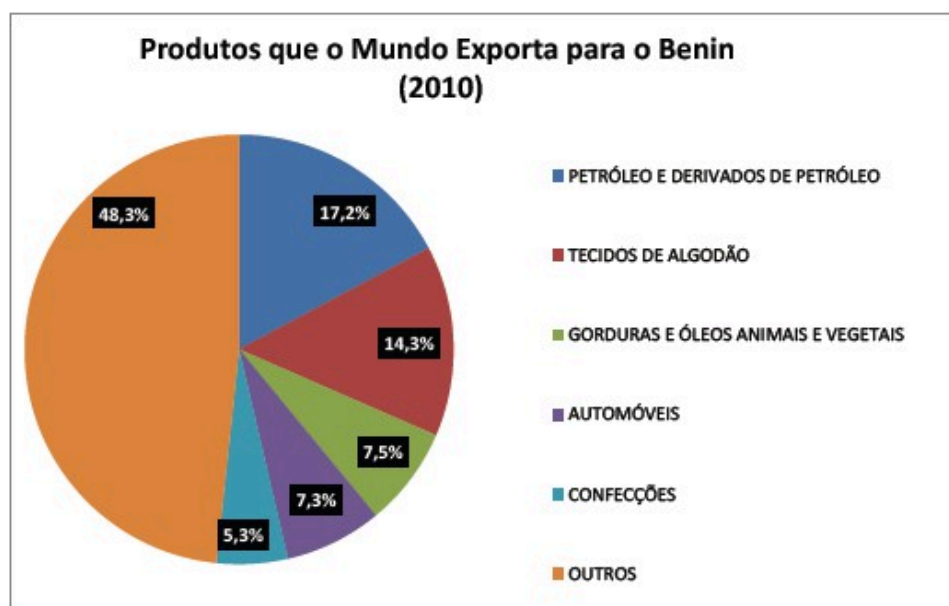
Fonte: Guia de Negócios Benin (MRE, 2013)

O Gráfico 1 – Produtos que o mundo importa do Benim (2010) mostra que quase metade das exportações beninenses é composta por petróleo e derivados (47,3%), aplicados por demais metais e pedras preciosas (14,5%), demais produtos têxteis (10,2%), demais produtos de metais não ferrosos (7,2%) e castanhas de caju (7,1%). Trata-se, portanto, de uma pauta específica em commodities e produtos com baixo valor agregado industrial. Uma estrutura desse tipo expõe o país à volatilidade dos preços internacionais, limita os encadeamentos produtivos internos e reduz o potencial de geração de valor agregado.

Por outro lado, no **gráfico 2**, apresentam-se os principais grupos de produtos importados pelo Benin, em 2010.

## GRÁFICO 2

# BENIN



**Fonte:** Guia de Negócios Benin (MRE, 2013)

O Gráfico 2 – Produtos que o mundo exporta para o Benim (2010) revela o padrão de dependência externa em relação aos bens

fabricados. Em 2010, petróleo e derivados (17,2%), tecidos de algodão (14,3%), gorduras e óleos animais e vegetais (7,5%), automóveis (7,3%) e confecções (5,3%) figuram entre os principais itens importados, enquanto a categoria “outros” responde por 48,3% do total, mostrando uma ampla gama de produtos industrializados adquiridos no exterior. Em resumo, o Benim exporta majoritariamente produtos primários e importa uma cesta diversificada de manufaturas.

A comparação entre os dois gráficos evidencia um duplo desafio para a recuperação econômica: (i) elevar o conteúdo industrial e tecnológico das exportações, levando à dependência de petróleo e primários; e (ii) substituir, de forma gradual e seletiva, parte das limitações de produção para produção doméstica competitiva. É justamente nesse ponto que a política industrial se transforma em estratégia de recuperação: ao invés de aceitar passivamente as vantagens comparativas estáticas, o Estado busca vantagens comparativas construir dinâmicas em setores com maior potencial de produtividade, aprendizado tecnológico e encadeamentos produtivos.

No caso do Benim, a política industrial como estratégia de recuperação econômica pode ser organizada em três eixos principais. O primeiro é a diversificação produtiva e exportadora, com prioridade para cadeias agroindustriais ligadas a produtos já relevantes na pauta de comércio, como o algodão e as castanhas de caju. Em vez de exportar grão ou matéria prima bruta, a política industrial pode estimular o processamento local (beneficiamento, torrefação, embalagem, têxteis e confecções de algodão), internalizando etapas hoje realizadas no exterior. Esse movimento

reduziria a forte participação do petróleo no Gráfico 1 e aumentaria o valor agregado das exportações.

O segundo eixo é a modernização tecnológica e o aumento da produtividade. O país apresenta gargalos de infraestrutura, crédito e qualificação da mão de obra, semelhantes aos identificados por Gouvêa (2015) ao discutir as limitações da política industrial brasileira. Instrumentos como crédito subsidiado e direcionado, incentivos fiscais condicionados ao investimento produtivo, criação de zonas ou parques industriais e programas de formação técnica podem aumentar a produtividade das empresas já existentes e atrair novos investimentos em setores estratégicos (agroindústria, têxtil-vestuário, materiais de construção, bens de consumo leves). A recuperação econômica, assim, deixa de ser apenas um aumento conjuntural do PIB e passa a envolver ganhos permanentes de eficiência e competitividade.

O terceiro eixo é a integração setorial e territorial da indústria com a agricultura e os serviços. Dado o peso do setor agrícola na economia beninense, a política industrial precisa articular-se com políticas agrícolas e de desenvolvimento regional, formando cadeias produtivas completas: da produção primária ao processamento, logística, distribuição e serviços de apoio (transporte, armazenamento, finanças, design, marketing). A expansão de serviços modernos associados à indústria aumenta os efeitos multiplicadores internos do comércio exterior hoje revelados pelos dois gráficos: não basta exportar mais; é preciso que uma parcela maior das etapas produtivas permaneça no país.

Além do papel estrutural, a política industrial pode atuar como instrumento anticíclico de curto prazo. Os programas de

investimento público em infraestrutura económica (energia, estradas, portos) e em infraestrutura de apoio à produção (parques, centros de formação técnica) podem ser articulados com incentivos temporários ao investimento privado em setores prioritários, criando um choque de procura e de oferta capaz de acelerar a recuperação. A experiência comprovada por Gouvêa (2015) mostra, no entanto, que a eficácia dessas políticas depende da compatibilidade com o regime macroeconómico: taxas de juros, câmbio e política fiscal não podem neutralizar os estímulos industriais.

Finalmente, a política industrial beninense só poderá cumprir seu papel de estratégia de recuperação económica de forma coerente e de longo prazo, coordenando instrumentos setoriais com políticas macroeconómicas, políticas tecnológicas e educacionais. Uma estrutura institucional estável, com capacidade técnica e mecanismos de monitoramento e avaliação como destacados por Gouvêa (2015) no caso brasileiro é essencial para evitar a fragmentação de programas, a captura por grupos de interesse e o desperdício de recursos. Em outras palavras, a experiência brasileira pós-abertura, funciona como advertência: sem coordenação entre objetivos e instrumentos, políticas industriais bem intencionais tendem a produzir resultados abaixo do esperado. Para o Benim, que parte de uma base industrial mais estreita e de maior vulnerabilidade externa, essa cooperação é ainda mais decisiva para que uma política industrial se converta, de fato, em eixo de recuperação e transformação económica.

Para fins de publicação e sistematização da análise, o Quadro 1 resume os eixos estratégicos propostos para a política industrial no Benim:

## Quadro 1 – Síntese dos Eixos de Política Industrial para o Benim

| <b>Eixo Estratégico</b>            | <b>Instrumentos Principais</b>   | <b>Obstáculos Específicos no Benim</b>  |
|------------------------------------|--|---|
| <b>1. Diversificação Produtiva</b> | Incentivos à agroindústria (algodão/caju); Zonas Processadoras de Exportação.  | Baixo valor agregado; Dependência excessiva de petróleo e algodão in natura.        |
| <b>2. Modernização Tecnológica</b> | Crédito direcionado; Programas de formação técnica; Parques industriais.       | Baixa qualificação da mão de obra; Acesso restrito ao financiamento de longo prazo. |
| <b>3. Integração Setorial</b>      | Investimentos em infraestrutura logística; Fortalecimento do Porto de Cotonou. | Oferta de energia instável e cara; Gargalos logísticos internos e informalidade.    |

**Fonte:** Elaboração própria (2026).

## 6. DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICA

A declaração da política industrial como eixo de recuperação econômica no Benim enfrentou um conjunto de desafios estruturais, institucionais e macroeconômicos que condicionam a eficácia dos instrumentos adotados. A identificação desses obstáculos é fundamental para a formulação de recomendações capazes de transformar a política industrial em uma estratégia consistente de desenvolvimento de longo prazo, e não apenas em um conjunto disperso de iniciativas setoriais. Como destaca Gadelha (2016, p. 35), uma política industrial efetiva deve ser concebida como vetor de um projeto nacional de desenvolvimento, capaz de “articular o desenvolvimento das bases produtivas com as necessidades e demandas nacionais”, superando tanto a

fragmentação de instrumentos quanto a ausência de evolução macroeconômica.

## **6.1. Principais Desafios para a Política Industrial no Benim**

Um primeiro desafio diz respeito às restrições fiscais e à capacidade limitada de investimento público. Como economia de pequena escala, com baixa base tributária formal e elevada informalidade, o Benim dispõe de recursos fiscais reduzidos para financiar infraestrutura, programas de crédito subsidiado e incentivos de longo prazo à indústria. A dependência de ajuda externa e de financiamento multilateral agrava essa limitação, uma vez que parte dos recursos está vinculada a condicionalidades e prioridades definidas por organismos internacionais, nem sempre alinhadas a uma estratégia nacional de industrialização.

Em segundo lugar, as deficiências de infraestrutura econômica notadamente em energia, transportes e logística são específicas para uma entrada direta à competitividade industrial. A oferta instável e cara de energia elétrica, a precariedade das estradas e os gargalos logísticos internos elevam os custos de produção e de transação, reduzindo a atratividade do país para investimentos produtivos de maior intensidade tecnológica. Embora o Porto de Cotonou represente um ativo estratégico, sua plena utilização é limitada por problemas de capacidade, gestão e conectividade, o que impede que ele funcione plenamente como plataforma de integração produtiva regional.

Um terceiro desafio está associado à baixa diversificação produtiva e tecnológica. A concentração da estrutura produtiva em agricultura e serviços de intermediação comercial, bem como o peso das

commodities na pauta exportadora, restringe a margem de manobra para que a política industrial promova, em curto prazo, mudanças significativas nos encadeamentos produtivos internos. A ausência de um parque industrial minimamente diversificado também dificulta a criação de clusters, arranjos produtivos locais e redes de fornecedores capazes de sustentar trajetórias de aprendizado tecnológico e aumento de produtividade.

A fragilidade institucional e a capacidade limitada do Estado configuram um quarto desafio relevante. A concepção, coordenação e implementação de políticas industriais desativar órgãos públicos com competências técnicas, capacidade de planejamento e mecanismos de monitoramento e avaliação. Em muitos casos, porém, as instituições encarregadas da política econômica no Benim operam com equipes reduzidas, carência de dados confiáveis e baixa articulação entre ministérios, agências e governos locais. Essa fragilidade institucional abre espaço para sobreposição de programas, dispersão de recursos, captura por grupos de interesse e dificuldades em garantir a continuidade das políticas diante de mudanças de governo. Essa situação ecoa o diagnóstico de Coutinho (2003, p. 193–194), para quem regimes macroeconômicos “malignos”, marcados por juros elevados e vulnerabilidade externa, restringem severamente a eficácia das políticas industriais e agravam as fragilidades institucionais e de financiamento de longo prazo.

Além disso, a estrutura de capital humano e o sistema educacional ainda não oferecem, de forma sistemática, a técnica de qualificação e necessidade profissional para uma estratégia de industrialização baseada em ganhos de produtividade e adoção de tecnologias mais complexas. A escassez de trabalhadores em áreas como engenharia,

gestão industrial, tecnologias de informação e logística limita a capacidade das empresas de absorver novas tecnologias e de se inserirem em cadeias globais de valor com maior sofisticação.

Por fim, o contexto macroeconômico e financeiro apresenta desafios específicos. Taxas de juros elevadas, volatilidade cambial e acesso restrito ao crédito de longo prazo encarecem o financiamento de investimentos produtivos. A dependência de importações de bens de capital e insumos industriais, combinada a déficits comerciais recorrentes, reforça a vulnerabilidade externa e impõe limites à expansão industrial sustentada. Assim como apontado na literatura para outros países em desenvolvimento, a ausência de coerência entre a política macroeconômica e a política industrial tende a reduzir a eficácia desta última, na medida em que estímulos setoriais podem ser neutralizados por um ambiente macroeconômico adverso (COUTINHO, 2002).

## **6.2. Recomendações de Política para Uma Estratégia de Recuperação e Transformação**

Diante desse conjunto de desafios, algumas recomendações de política podem ser formuladas para fortalecer o papel da política industrial como estratégia de recuperação econômica no Benim.

Em primeiro lugar, é fundamental construir um arcabouço institucional robusto para a política industrial. Isso implica criar ou fortalecer uma instância de cooperação como um conselho ou agência nacional de desenvolvimento industrial responsável por ministérios articulados, agências setoriais, governos locais e setor privado. Essa deveria dispor de capacidade técnica, autonomia relativa e instrumentos de monitoramento e avaliação, de modo a

garantir a coerência entre objetivos, instrumentos e resultados, reduzindo a fragmentação de programas e o risco de captura por interesses específicos. Nessa linha, Gadelha (2016) argumenta que a política industrial deve superar a “lógica setorial fragmentada” por uma lógica “sistêmica voltada para os grandes desafios nacionais”, articulando instrumentos horizontais e setoriais em torno de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo.

Em segundo lugar, recomenda-se a adoção de uma estratégia de focalização seletiva em setores e cadeias produtivas com maior potencial de encadeamentos, aprendizagem e geração de emprego. No caso do Benim, cadeias agroindustriais vinculadas ao algodão, à castanha de caju e a outros produtos agrícolas já relevantes na pauta exportadora específicas pontos de partida privilegiados. A política industrial poderia concentrar incentivos fiscais, crédito direcionado, programas de inovação e apoio à qualificação da mão de obra nesses segmentos, buscando internalizar etapas hoje realizadas no exterior (beneficiamento, transformação, embalagem, design e branding), elevando o valor agregado das exportações e reduzindo a vulnerabilidade a choques de preços de commodities.

Em terceiro lugar, é crucial articular a política industrial a um programa consistente de investimentos em infraestrutura econômica e social. Projetos de expansão e modernização da oferta de energia elétrica, melhoria da malha rodoviária e ferroviária, ampliação da capacidade logística do Porto de Cotonou e fortalecimento da conectividade interna devem ser concebidos como parte integrante da estratégia industrial, e não como políticas isoladas. A priorização de corredores logísticos que conectam zonas de produção agrícola, parques industriais e pontos de exportação pode reduzir custos de transporte de produtos e aumentar a

competitividade dos beninenses. A experiência internacional mostra que a articulação entre infraestrutura, política industrial e inserção externa é decisiva para que países em desenvolvimento se beneficiem de processos de integração produtiva e comercial (COUTINHO, 2002).

Uma quarta recomendação refere-se ao fortalecimento dos instrumentos financeiros de apoio à indústria. A criação ou consolidação de um banco de desenvolvimento, mesmo de pequena escala, pode contribuir para oferecer crédito de médio e longo prazo em condições compatíveis com projetos industriais, em especial para micro, pequenas e médias empresas. Linhas de crédito específicas para investimentos em tecnologia, inovação, eficiência energética e exportação, combinadas com garantias parciais de risco e serviços de assistência técnica, podem estimular o investimento produtivo em setores prioritários.

Em quinto lugar, é necessário articular a política industrial com políticas de educação, formação profissional e inovação. Os programas de ensino técnico e profissionalizante alinhados às demandas de setores estratégicos como agroindústria, têxtil, logística e serviços associados devem ser ampliados, em parceria com empresas, universidades e centros de formação. Ao mesmo tempo, a criação de centros tecnológicos e incubadoras de empresas, ainda que em escala piloto, pode fomentar a difusão de inovações incrementais adaptadas às condições locais, contribuindo para aumentar a produtividade e a capacidade de aprendizagem das empresas.

Outra recomendação central é promover a formalização gradual das atividades produtivas e a ampliação da base tributária, de forma

compatível com a realidade socioeconômica do país. Medidas como simplificação tributária, redução de custos de registro de empresas, acesso facilitado a crédito e programas de apoio gerencial podem promover micro e pequenos empreendedores a migrar para a formalidade. A ampliação da base fiscal, por sua vez, contribui para aumentar a capacidade de financiamento do Estado, criando um círculo virtuoso entre formalização, arrecadação e investimento em políticas industriais e de infraestrutura.

Além disso, dada a relevância crescente da China no financiamento e no comércio com países africanos, é importante que o Benim desenvolva a sua política industrial levando em conta as oportunidades e os riscos dessa inserção. A experiência de outros países africanos mostra que a relação com a China pode ampliar o espaço fiscal e de investimento em infraestrutura e energia, mas também fortalecer padrões primários-exportadores e dependência tecnológica. Como alerta Pereira (2006), ao comentar a “nova política da China em África”, há o risco de perpetuar “a condição desses países como meros fornecedores de materiais primários e importadores de produtos acabados, sem possibilidade de desenvolver indústrias transformadoras fortes e competitivas”. No caso beninense, isso reforça a necessidade de que acordos de cooperação com parceiros extrarregionais estejam subordinados a uma estratégia nacional de adensamento produtivo e transferência de tecnologia.

Finalmente, a coerência entre política industrial e política macroeconômica deve ser uma direção permanente. Taxas de juros, regime cambial e política fiscal precisam ser desenhados de modo a não inviabilizar o investimento produtivo de longo prazo. Ainda que o espaço de manobra seja limitado em economias pequenas e

abertas, como o Benim, é possível buscar maior coordenação entre objetivos de estabilidade e de desenvolvimento, evitando arranjos macroeconômicos restritivos que inibam a expansão industrial. Nessa direção, a experiência brasileira discutida por Coutinho (2002) e Gadelha (2016) mostra que as políticas industriais robustas tendem a fracassar quando confrontadas com regimes macroeconômicos incompatíveis, marcados por juros elevados, câmbio valorizado e investimento produtivo deprimido.

Em resumo, os desafios enfrentados por Benim na implementação de uma política industrial como estratégia de recuperação econômica são significativos, mas não intransponíveis. A experiência internacional e a literatura sobre países em desenvolvimento indicam que as políticas industriais eficazes combinam a focalização setorial, o fortalecimento institucional, a coerência macroeconômica e os investimentos em infraestrutura e capital humano. No caso beninense, a construção de uma estratégia de industrialização articulada às especificidades estruturais do país em particular, ao peso da agricultura, à centralidade do Porto de Cotonou e às restrições fiscais constitui condição necessária para que a política industrial cumpra o seu potencial transformador, contribuindo para um desenvolvimento mais diversificado, resiliente e inclusivo.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite concluir que a política industrial pode desempenhar papel central na recuperação econômica e na transformação estrutural do Benim. Em um contexto marcado por forte dependência de produtos primários, baixa diversificação produtiva, elevada informalidade e deficiências de infraestrutura, a simples continuidade do padrão atual de

especialização tende a aprofundar vulnerabilidades e limitar o potencial de desenvolvimento. A política industrial, quando concebida de forma ampla e articulada a outras políticas econômicas e sociais, oferece um caminho para superar parte dessas limitações, sobretudo se for orientada à construção de capacidades produtivas e tecnológicas internas.

O exame do contexto econômico e estrutural do Benim evidenciou que, apesar de apresentar crescimento ainda moderado e contínuo, o país mantém uma base produtiva concentrada na agricultura e em serviços de intermediação comercial, com participação diminuta da indústria de transformação e baixo conteúdo tecnológico nas exportações. A comparação entre a pauta exportadora, dominada por commodities e produtos de baixo valor agregado, e a pauta importadora, composta majoritariamente por bens manufaturados e de capital, revela um padrão de inserção externa assimétrico, que fragiliza a economia diante de choques externos e limita a capacidade de geração de emprego de qualidade e de renda interna.

Contudo, os dados setoriais mostram que já existem bases concretas sobre as quais uma estratégia de política industrial pode se apoiar. Informações da ARISE IIP (2022) indicam que pelo menos três complexos produtivos têm papel de destaque: a indústria têxtil ligada ao algodão, a agricultura e a indústria petrolífera. No caso têxtil, em um mercado global estimado em cerca de US\$ 993,6 bilhões em 2021 e com perspectiva de crescimento, o Benim se coloca como importante produtor de algodão. Embora a maior parte da fibra seja exportada in natura, o país conta com dezenas de fabricantes têxteis, incluindo empresas voltadas à exportação, e as atividades associadas ao setor respondem por aproximadamente

30% da força de trabalho envolvida na cadeia do algodão (ARISE IIP, 2022). Além disso, o mercado têxtil da África Subsaariana é estimado em US\$ 30 bilhões, o que abre espaço relevante para estratégias de agregação de valor, diversificação de produtos e fortalecimento de cadeias produtivas regionais.

A importância da agricultura reforça a centralidade de políticas industriais que promovam maior integração entre setores. Com mais da metade da população envolvida em atividades agrícolas e o setor respondendo por cerca de 35% do PIB, a economia beninense permanece fortemente dependente da agricultura de subsistência, na qual a maior parte da produção se destina ao consumo local e apenas uma fração reduzida alcança o mercado internacional (ARISE IIP, 2022). Pequenos agricultores independentes são responsáveis por aproximadamente 90% da produção agrícola, e apenas 17% da área total de terra é efetivamente cultivada, com destaque para culturas como milho, arroz, feijão, sorgo, inhame, banana, batata, mandioca, entre outras. Produtos derivados da palma, segundo principal item exportado depois do algodão, geram renda significativa sobretudo para a população da faixa costeira (ARISE IIP, 2022). Esse quadro evidencia um amplo espaço para políticas que articulem instrumentos industriais (crédito, tecnologia, agroindústrias, logística e capacitação) às cadeias agrícolas, permitindo a transição de um modelo baseado em baixa produtividade e baixa agregação de valor para uma estrutura produtiva mais complexa e integrada.

A indústria petrolífera, embora de menor peso relativo e marcada por limitações estruturais, também apresenta implicações relevantes para a política industrial. A produção de petróleo teve início em 1982, no campo offshore de Sèmè, e, mesmo com volumes

inferiores aos de grandes produtores, chegou a atingir cerca de 1,35 milhão de barris em 1991, com exportações da ordem de 1,27 milhão de barris no ano anterior (ARISE IIP, 2022). As reservas estimadas em aproximadamente 44 milhões de barris, somadas à existência de gás natural ainda pouco explorado, indicam um potencial energético que poderia sustentar projetos industriais mais intensivos em energia. Entretanto, a ausência de refinarias leva o país a exportar petróleo bruto e a importar derivados, reduzindo os ganhos internos de valor e limitando os encadeamentos produtivos. Esse fato reforça a importância de uma política industrial que considere, de forma seletiva e estratégica, investimentos em infraestrutura energética, logística e capacidades tecnológicas associadas à cadeia de petróleo e gás, evitando, contudo, aprofundar a dependência primário-exportadora.

Nesse cenário, a política industrial tem potencial para atuar em duas frentes complementares. No curto e médio prazo, pode ser utilizada como instrumento de recuperação econômica, por meio da indução de investimentos em infraestrutura, da criação de incentivos para setores estratégicos como têxteis vinculados ao algodão, agroindústrias articuladas às principais culturas agrícolas e segmentos relacionados à logística e ao Porto de Cotonou e da dinamização de cadeias produtivas com forte capacidade de gerar emprego e renda. No longo prazo, pode contribuir para a construção de uma estrutura produtiva mais diversificada, com maior densidade tecnológica, maior integração entre agricultura, indústria e serviços e maior resiliência frente à volatilidade externa.

O estudo indicou, entretanto, que esse potencial convive com desafios significativos. Entre eles, destacam-se as restrições fiscais e a reduzida capacidade de investimento público; as deficiências de

infraestrutura energética, logística e de transportes; a baixa diversificação industrial e tecnológica; a fragilidade institucional e a capacidade limitada de planejamento e coordenação do Estado; as lacunas na formação de capital humano e na qualificação profissional; e um ambiente macroeconômico que, em muitos momentos, não favorece o investimento produtivo de longo prazo. Tais condicionantes limitam a eficácia dos instrumentos de política industrial e aumentam o risco de dispersão de esforços e de manutenção do padrão de dependência.

As recomendações apresentadas ao longo do trabalho convergem para a importância de construir um arcabouço institucional sólido para a política industrial, capaz de articular objetivos, instrumentos e resultados em torno de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Isso implica fortalecer as estruturas responsáveis pela formulação e implementação da política industrial; priorizar cadeias produtivas com maior potencial de encadeamentos e aprendizagem como a cadeia do algodão, as agroindústrias associadas às principais culturas e segmentos de transformação ligados à energia ; integrar a agenda industrial aos investimentos em infraestrutura econômica e social; ampliar os instrumentos financeiros orientados à indústria; articular a política industrial com educação, formação profissional e inovação; promover a formalização gradual das atividades produtivas; e buscar maior alinhamento entre a política macroeconômica e os objetivos de industrialização.

O caso do Benim ilustra, assim, os dilemas típicos de economias periféricas que buscam conciliar recuperação econômica e transformação estrutural em um ambiente internacional marcado por assimetrias produtivas e tecnológicas. Ao mesmo tempo, mostra

que, mesmo em condições de recursos limitados, é possível ampliar o espaço de ação do Estado por meio de uma estratégia industrial seletiva, coerente e articulada com as especificidades nacionais em especial o peso da agricultura, a relevância da cadeia do algodão, o potencial energético e a importância do Porto de Cotonou como eixo logístico regional.

Este estudo apresenta limitações, pois se baseia principalmente em informações e dados secundários, sem uma avaliação quantitativa detalhada dos impactos de políticas específicas já implementadas. Pesquisas futuras podem aprofundar a análise de setores e programas concretos de industrialização no Benim, comparar experiências com outros países africanos e investigar, de forma mais sistemática, a relação entre arranjos macroeconômicos, capacidade estatal e desempenho industrial. Ainda assim, as reflexões aqui elaboradas oferecem subsídios para o debate sobre planejamento e políticas econômicas, reforçando a ideia de que uma política industrial bem estruturada pode constituir um dos pilares de uma trajetória de desenvolvimento mais diversificada, resiliente e inclusiva para o Benim.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AFRICAN DEVELOPMENT BANK – AfDB. African Economic Outlook 2023. Abidjan: AfDB, 2023.

ARISE IIP. Principais indústrias no Benim. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.ariseiip.com/homepage/major-industries-in-benin/>  
Acesso em: 28 nov. 2025.

BIANCARELLI, A.; ROSSI, P. A política macroeconômica em uma estratégia social-desenvolvimentista. Revista Brasileira de

Planejamento e Orçamento, Brasília, v. 4, n. 1, p. 21-38, 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Guia de Negócios: Benin. Brasília: MRE, Departamento de Promoção Comercial e Investimentos, Divisão de Inteligência Comercial, 2013. Disponível em [https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/invest-export-brasil/exportar/conheca-os-mercados/como\\_exportar\\_privado/como\\_exportar.pdf/GNBenin.pdf](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/invest-export-brasil/exportar/conheca-os-mercados/como_exportar_privado/como_exportar.pdf/GNBenin.pdf)

BRITO, E. C., & da Silva GARROTE, A. J. INDUSTRIALIZAÇÃO, POLÍTICA INDUSTRIAL E CRESCIMENTO.

COUTINHO, LG Marcos e desafios de uma política industrial contemporânea. In: DESENVOLVIMENTO EM DEBATE. Rio de Janeiro: BNDES, 2002, p. 191–209.

Dados Abertos do Banco Mundial, disponível em <https://data.worldbank.org/>. Acesso 13 nov. 2025

IBRAHIM, H. C. Políticas econômicas e as estratégias desenvolvimentistas no século XXI. 424f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2019.

FREDDO, D.; ROVENTINI, A.; BARROS, P. S. O tempo da política industrial no mundo. Revista Tempo do Mundo, Brasília, n. 36, p. 5-17, 2024.

GADELHA, C. A. G Política industrial, desenvolvimento e os grandes desafios nacionais. In: LASTRES, H.; CASSIOLATO, J.; LAPLANE, G.;

FERNANDO, S. (org.). O futuro do desenvolvimento. Campinas: Unicamp, 2016. p. 215–351.

GOUVÊA, Marcela Vitória de. Estratégias de política de desenvolvimento industrial pós-abertura econômica. 2015. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2015.

IMF. World Economic Outlook: A Rocky Recovery. Washington, DC: IMF, 2022.

NOMAN, A.; STIGLITZ, J. Industrial Policy and Economic Transformation in Africa. New York: Columbia University Press, 2021.

MEDEIROS, José Augusto. Antitruste e política industrial: a tutela do mercado interno em economias periféricas. *RDC – Revista de Direito da Concorrência*, Brasília, v. 1, pág. 239-268, maio de 2019.

OCDE. Strategy for Resilient and Sustainable Recovery. Paris: OECD, 2021.

PEREIRA, R. P. A nova política da China em África. *Relações Internacionais*, n. 10 de junho. 2006, pág. 19–38.

RODRIK, D. Productivism for the 21st Century. *Journal of Economic Perspectives*, 2024.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Política industrial e desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 163-185, 2006.

UNCTAD. Transforming Economies through Industrial Policy. Geneva: UNCTAD, 2022.

UNIDO. Industrialization in Africa: Opportunities, Challenges and Strategies. Vienna: UNIDO, 2020.

WORLD BANK. Benin Economic Update 2023. Washington, DC: World Bank, 2023.

ZARICHTA, Hygor Gurquevicz. O retorno da política industrial: desafios e oportunidades no ambiente internacional do século XXI. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

---

<sup>1</sup> Professor Associado do Departamento de Gestão e Economia (DAGEE) Campus Curitiba. Atua como professor de Ensino Superior (Administração/Comunicação Institucional/Sistemas de Informação).

Na Pós-Graduação, no Programa de Mestrado e Doutorado em Planejamento e Governança Pública (PGP). Formação Acadêmica: Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo - USP. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Bacharel em Administração pela Faculdade Spei. Bacharel em Ciência da Computação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR. Experiência como Professor; Pesquisador; Coordenador de curso; Diretor de extensão, inovação e relações empresariais; Planejamento e Gestão Pública; Desenvolvimento Institucional. Setor Privado como Empresário na área de Tecnologia da Informação e Administração Empresarial.

Desde 2023 está em cessão funcional à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná, atua na área de

Ciência e Tecnologia. Inicialmente como assessor e desde 2024  
como Coordenador de Ciência e Tecnologia. E-mail:  
[vicentin@utfpr.edu.br](mailto:vicentin@utfpr.edu.br). Lattes:  
<http://lattes.cnpq.br/6534550312384359>. ORCID:  
<https://orcid.org/0000-0002-7081-4005>

<sup>2</sup> Mestrando em Governança Pública pelo Programa de Pós-  
Graduação em Planejamento e Governança Pública, da  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Possui  
graduação em Ciência política e relações internacionais. E-mail:  
[semako@alunos.utfpr.edu.br](mailto:semako@alunos.utfpr.edu.br). Lattes:  
<http://lattes.cnpq.br/6939367053637955>. ORCID:  
<https://orcid.org/0009-0002-9516-5328>